



MOVIMENTO INDÍGENA LATINO-AMERICANO: UMA PRIMEIRA REVISÃO DA LITERATURA

LATIN AMERICAN INDIGENOUS MOVEMENT: A FIRST LITERATURE REVIEW

MOVIMIENTO INDÍGENA LATINOAMERICANO: UNA PRIMERA REVISIÓN DE LA LITERATURA

David Junior de Souza Silva

Professor da Universidade Federal do Amapá. Doutorando em Geografia - IESA/UFG.
Universidade Federal do Amapá, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas. Colegiado de Ciências Sociais.
Rodovia Juscelino Kubitschek, s/n. Bairro Universidade 68903419 - Macapá, AP - Brasil
davi_rosendo@live.com.

RESUMO

Este artigo apresenta uma primeira revisão da literatura sobre o movimento indígena latino-americano. Sem ignorar a diversidade das lutas indígenas no continente, o texto foca na discussão dos elementos comuns a estes movimentos, no intento de caracterizar esta força continental que tem se formado. Serão tratados o significado sociopolítico de sua atuação, as condições de sua emergência histórica, a especificidade da política singular que desenvolve, suas demandas, alguns de seus horizontes basilares como a conquista do território e da autonomia. Por fim, realiza uma apresentação das abordagens teóricas que se preocupam com a questão indígena e o lugar que relegam para os movimentos indígenas em sua teoria social e política, e alguns postulados metodológicos para compreensão sociológica dos movimentos indígenas.

Palavras-chave: movimento indígena; américa latina; política étnica; estado plurinacional; movimentos sociais.

RESUMEN

En este artículo se presenta una revisión inicial de la literatura sobre el movimiento indígena latinoamericano. Sin dejar de lado la diversidad de las luchas indígenas en el continente, el texto se centra en la discusión de algunos elementos comunes a estos movimientos, en un intento de caracterizar esta fuerza continental que se ha formado. Serán tratados el significado socio-político de su actuación, las condiciones de su aparición histórica, la especificidad de la política singular que desarrolla, sus demandas, algunos de sus horizontes básicos como la conquista de territorio y autonomía. Por último, se celebró una presentación de enfoques teóricos que se ocupan de las cuestiones indígenas y el lugar que les relega a los movimientos indígenas en la teoría social y política, y algunos postulados metodológicos para la comprensión sociológica de los movimientos indígenas.

Palabras clave: movimiento indígena; América Latina; política étnica; plurinacionalidad; movimientos sociales.

ABSTRACT

This article presents an initial review of the literature on the Latin-American indigenous movement. Without ignoring the diversity of indigenous struggles in the continent, the text focuses on the discussion of the common elements of these movements, in an attempt to characterize this continental force that has formed. The text discuss the sociopolitical significance of his action, the conditions of his historical emergence, the specificity of the unique policy that develops, his demands, some of its basic horizons as the conquest of territory and autonomy. Finally, held a presentation of theoretical approaches that are concerned with

indigenous issues and the place that relegate them to the indigenous movements in their social and political theory, and some methodological postulates for sociological understanding of indigenous movements.

Keywords: indigenous movement; Latin America; ethnic politics; plurinational state; social movements.

1. INTRODUÇÃO

A resistência indígena na América Latina é tão antiga quanto a conquista. Contudo tem assumido contornos inteiramente novos contemporaneamente. Na passagem do milênio a luta indígena tem assumido a forma de movimento social. Cabe à pesquisa perguntar-se o porquê e as condições da assunção dessa forma política específica. Enquanto isso, sabemos que a forma sociológica de movimento social tem conquistado legitimidade como meio de formulação de demandas e força política capaz de impor transformações à sociedade.

“Numerosos análisis contemporáneos han verificado la importancia de los movimientos sociales como actores políticos, destacando su capacidad de comunicar las demandas prioritarias de la sociedad y, al mismo tiempo, sus conflictos más significativos.” (GONZÁLEZ, 2010, p. 82).

É tal forma sociopolítica que os povos indígenas, somada em alguns casos à participação em eleições, têm prioritariamente assumido para dar existência à sua luta.

O significado social, político e histórico do movimento indígena latino-americano ainda não é amplamente conhecido. Diversos pesquisadores têm buscado dimensionar o significado que a irrupção dos movimentos indígenas traz para a história contemporânea.

Primeiramente, no que concerne à sociedade latino-americana, Catherine González indica que os movimentos indígenas têm impactado significativamente a cultura e os parâmetros alicerces do Estado Nacional, especialmente na institucionalização da diversidade cultural e na ressignificação política.

En las últimas décadas, movimientos sociales de la región latinoamericana como el Movimiento Cocalero en Bolivia, los Zapatistas en México, el movimiento indígena Caucaño en Colombia, los Piqueteros en Argentina, entre otros casos, han desarrollado un papel destacado en la institucionalización de la diversidad cultural y la resignificación política. Ellos han ampliado su campo político al transformar las prácticas dominantes, incrementar la ciudadanía y asegurar la inserción de los sectores excluidos. (GONZÁLEZ, 2010, p. 82).

Monica Bruckmann situa a emergência dos movimentos indígenas como um dos principais elementos componentes do que a autora designa como nova conjuntura latino-americana. A emergência de um movimento indígena com vocação de governo e de poder que passou da reivindicação étnica a uma visão global dos processos sociais, políticos e econômicos na região e ao mesmo tempo se afirma em uma profunda identidade histórica e civilizatória. Esta nova perspectiva gerou uma dinâmica de integração do movimento indígena que teve na eleição de Evo Morales como presidente da Bolívia, um de seus momentos mais significativos nos últimos quinhentos anos. Este re-surgimento do movimento indígena tem como unidade geográfica e histórica os Andes sul-americanos, e a sua capacidade e vocação de integração vai além dos limites formais dos Estados nacionais que compõem atualmente esta sub-região, recuperando a dimensão de culturas pré-colombianas e ao mesmo tempo mostrando uma tendência clara para integrar o movimento indígena andino e amazônico. Uma re-discussão do conceito de Estado-nação e de Estados Plurinacionais neste contexto não pode deixar de lado uma visão local do nacional, que inclui uma forma de ver o mundo a partir de uma identidade cultural e étnica particular, onde o local, o nacional e o global estão estreitamente ligados; (BRUCKMANN, 2011, p. 18).

Nesta passagem vislumbramos, primeiro, a identificação da mudança interna nos movimentos

indígenas, o ‘re-surgimento’, que passaram de reivindicação puramente étnica para incidir sobre a totalidade dos processos sociais, políticos e econômicos da sociedade circundante; e em segundo lugar, o impacto sobre a estruturação histórica institucional, de legitimação e de poder da sociedade circundante, confrontando incluso as bases sobre que se assentam os Estados Nacionais.

A propósito igualmente das condições específicas da mobilização civil na América Latina no novo século, porém, concentrando-se especialmente no Brasil, Maria da Glória Gohn também indica a originalidade e impacto social da emergência dos movimentos indígenas. “Neste cenário, na América Latina, a retomada das lutas dos indígenas está sendo uma das grandes novidades, no que se refere às ações coletivas de lutas e movimento sociais.” (GOHN, 2010, p. 11).

1.1. Irrupção Histórica

A resistência indígena tem início quando inicia a colonização. Entretanto, nos últimos anos é um fenômeno novo que se apresenta.

Sabe-se que a luta dos indígenas de resistência à colonização europeia/branca é secular. Na atualidade, o elemento novo é a forma e o caráter que estas lutas têm assumido – não apenas de resistência, mas também de luta por direitos: reconhecimento de suas culturas e da própria existência, redistribuição de terras em territórios de seus ancestrais, escolarização na própria língua etc. (GOHN, 2010, p. 18).

Mesmo assim, é preciso compreender esta nova assunção da luta vinculada a esta resistência de séculos. O processo organizativo atual dos movimentos indígenas, conquanto assuma características que o tornam historicamente novo, emana de uma longa trajetória de resistência por sua autonomia. Nas palavras de González, “debemos comprender estos fenómenos como procesos politizados por los múltiples conflictos en los cuales estas comunidades humanas han estado sumidas durante cientos de años.” (GONZÁLEZ, 2010, p. 81).

Mais adiante neste mesmo texto, quando falarmos da especificidade política dos movimentos indígenas, veremos que sua natureza política própria é ancorada nesta resistência ancestral.

Si bien este proceso organizativo emana de una larga trayectoria de resistencia por su autonomía, en las últimas décadas ha desarrollado múltiples acciones e instancias, enmarcadas en episodios políticos exitosos. (GONZÁLEZ, 2010, p. 81).

A especificidade de um esforço científico de compreensão dos movimentos indígenas não pode perder de vista ambos aspectos. Uma certa interação dialética entre passado e presente existe no movimento indígena, de uma forma única, como veremos nas seções seguintes do texto.

A datação histórica da virada neste processo organizativo varia conforme a localidade, dada a emergência independente dos diversos movimentos indígenas. Entretanto, Bruckmann indica a década de 1970 como do ressurgimento dos movimentos indígenas. O conteúdo étnico do movimento indígena renasce nos anos 70, quando os indígenas reivindicam suas origens como uma estrutura ideológica para as lutas sociais contemporâneas e exigem a liderança dos movimentos guerrilheiros. Um exemplo desta nova perspectiva é a luta guatemalteca, por meio da qual os indígenas deixam claro que a guerrilha era dirigida por eles apesar da participação externa, sempre subordinada à sua liderança. Esta vertente vai se manifestar também no caso mexicano, que alcançará uma expressão clara no “zapatismo”, onde a vertente indígena assume o caráter de uma postura ideológica própria, que tem sua inspiração indigenista, mas tem também um objetivo universal. Este reconhecimento e identidade indígena latino-americana é um fenômeno muito profundo que pretende, também, ser mundial: indígenas de diferentes regiões do mundo buscam formar um movimento que afirme suas lutas em uma postura ecológica baseada em uma relação forte com a natureza, em uma ideologia oposta ao capitalismo e às supostas forças progressistas que veem o progresso como um caminho destruidor das formas anteriores (BRUCKMANN, 2011, p. 324).

E no que concerne a localização geográfica, a autora situa algumas das principais localidades de emergência dos movimentos. “No caso da América do Sul, o movimento indígena se constrói no espaço geográfico onde se desenvolveu a civilização inca e as várias civilizações que a precederam, ocupando os territórios do Equador, Peru, Bolívia, o norte do Chile e da Argentina” (BRUCKMANN, 2011, p. 334). A estes podemos acrescentar movimentos conhecidos em México, Colômbia, Guatemala e Brasil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Conceituação do Movimento Indígena Latino-Americano

A partir da análise da experiência do movimento indígena Nasa na Colômbia, e da reflexão sobre este relacionada ao contexto dos movimentos étnicos latino-americanos, González elabora uma caracterização para os movimentos indígenas latino-americanos, discutindo as principais categorias que explicam e que formam o quadro sociocultural de atuação dos movimentos indígenas.

En estos movimientos se cruzan elementos de identidad con condiciones estructurales de exclusión; la organización de estos movimientos se afina en una identidad comunitaria propia de sus costumbres y creencias, donde la pluralidad y la diferencia, sus mismas tensiones internas, hacen parte de su orden social, ya que la meta de su lucha histórica -defender su autonomía- los aúna. (GONZÁLEZ, 2010, p.87).

A ação de resistência dos movimentos indígenas latino-americanos pode caracterizar-se segundo Gonzalez pelos seguintes aspectos.

1) la resistencia indígena emana de un sentido de pertenencia y defensa de su territorio; 2) la permanencia de esta resistencia, desde la Conquista hasta hoy, obedece a la posición política con la que “comunitariamente” respondieron a las constantes amenazas de adversarios externos; 3) esta resistencia responde a un fin político colectivo: la defensa de su autonomía, y 4) las estrategias más exitosas de este ejercicio de resistencia se han expresado por la vía no armada. En las últimas décadas las acciones indígenas se han enfocado en una resistencia simbólica y pacífica, que enraizada en la fuerza comunitaria y en su concepción propia de la política, igualmente se manifiesta en sus acciones de hecho (GONZÁLEZ, 2010, p.87-8).

Em um mesmo esforço de conceituação, Monica Bruckmann caracteriza a singularidade histórica dos movimentos indígenas pelo significado que adquirem no confronto às estruturas sociais que os oprimem. O movimento indígena é talvez um dos elementos mais transformadores desta densa realidade latino-americana contemporânea. Este se constrói como um movimento social de dimensão regional, com um profundo conteúdo universal e uma visão global dos processos sociais e políticos mundiais. Ao mesmo tempo, deixou de ser um movimento de resistência para desenvolver uma estratégia ofensiva de luta pelo governo e pelo poder, especialmente na região andina da América do Sul. A partir de uma profunda crítica e ruptura com a visão eurocêntrica, sua racionalidade, seu modelo de modernidade e desenvolvimento inserido na estrutura do poder colonial, o movimento indígena latino-americano se coloca como um movimento civilizatório, capaz de recuperar o legado histórico das civilizações originais para reelaborar, não uma, mas várias identidades latino-americanas; não uma forma de produzir conhecimento, mas todas as formas de conhecimento e produto com que têm convivido e resistido à dominação há mais de quinhentos anos. O elemento indígena vai se convertendo no centro do discurso e da construção de uma visão de mundo, de um sujeito político e de um projeto coletivo e emancipador (BRUCKMANN, 2011, p. 334).

Os movimentos indígenas definem-se antes de tudo pelo sujeito da luta: os povos indígenas. Não se

definem pela demanda – o *princípio de identidade* ou o *princípio de totalidade* (TOURAINÉ, 1977) -, como outros movimentos sociais. Entretanto, dada certa homogeneidade nelas, podemos enunciar algumas demandas gerais dos diferentes movimentos indígenas. Uma ampla plataforma de luta para o movimento indígena de todo o continente que inclui, entre suas principais bandeiras, a construção dos Estados Plurinacionais; a defesa dos recursos naturais e energéticos, a água e a terra, os direitos coletivos das comunidades indígenas e a autodeterminação dos povos como princípio fundamental (BRUCKMANN, 2011, p. 335).

2.2. Impasses Conceituais Para Interpretação Dos Movimentos Sociais

A especificidade da questão indígena, da posição social dos povos indígenas e da mobilização social por eles desenvolvida coloca problemas importantes para as teorias dos movimentos sociais e exige uma discussão teórica própria que englobe os múltiplos elementos envolvidos na questão e que dê conta de tais especificidades. Esta necessidade de um arcabouço conceitual específico que dê conta da especificidade do movimento indígena é amplamente discutida pela literatura.

No que se refere à interpretação dos movimentos indígenas, tem sido declarada pela literatura especializada a insuficiente elaboração conceitual de ambas as teorias de movimentos sociais para lidar com a complexidade dos movimentos indígenas. Tais movimentos colocam questões impassíveis de resolução nos quadros teóricos daquelas teorias. Estos conceptos, si bien contribuyen a una profundización de la distinción de los movimientos sociales de los años noventa respecto de aquellos surgidos en los setenta a partir de factores identitarios y de tipo cultural, no dan cuenta de ciertas características propias del fenómeno de movilización étnica. En este tipo de movilización el aspecto cultural y la identidad tienen un papel fundamental para comprender su dinámica y el entramado de sus demandas. Sin embargo, es su memoria de resistencia la que amplía los conflictos estructurales evidenciados por este movimiento. (GONZÁLEZ, 2010, p.88).

Conforme Catherine González, “En estos movimientos se cruzan elementos de identidad con condiciones estructurales de exclusión (GONZÁLEZ, 2010, p. 87). Os movimentos indígenas exigem assim uma metodologia própria, decolonial, que evite enquadrar forçadamente a realidade dos movimentos indígenas nos conceitos e paradigmas clássicos das teorias dos movimentos sociais, oriundas de debates estrangeiros à esta realidade, europeus e norte-americanos.

Seoane, Taddei e Algranati discutem como as teorias alternativas para a questão indígena, a dos movimentos sociais, de um lado, e dos movimentos de classe, de outro, correm o risco de cada qual num potencial determinismo e reducionismo, por conta de sua própria constituição teórica.

Sin embargo, todas estas consideraciones no responden aún de manera acabada al problema de la relación entre la conceptualización en términos de movimientos sociales y de clases. En este sentido, la emergencia y consolidación de organizaciones y movimientos indígenas de significativa proyección nacional e internacional en el cuestionamiento al orden del capitalismo neoliberal surgidos o potenciados en las últimas décadas en numerosos países de la región plantea, entre otras cuestiones, un desafío imprescindible a la consideración del análisis de clase, mayor incluso del que abrieron las experiencias de los movimientos juveniles, feministas o de “afrodescendientes” en las décadas de los ‘60 y ‘70. Una visión que reduce su naturaleza a una raíz campesina signada por una pretendida racionalidad de intereses socio-económicos o que desvaloriza su identidad indígena al presentarla en términos de “ideologías étnicas” reitera ciertamente visiones deterministas. Por el contrario, la tradición y la actualidad del pensamiento crítico latinoamericano cuenta con importantes aproximaciones teóricas para comprender la especificidad del movimiento indígena así como conceptualizaciones como la “colonialidad del poder” (Quijano, 2000; Lander, 2000) permiten dar cuenta no sólo de su vitalidad en la conflictividad social sino también, y especialmente, del valor transformador y emancipatorio de sus programáticas específicas, particularmente de la propuesta del llamado Estado

plurinacional. (SEOANE, TADDEI E ALGRANATI, 2009, p. 13)

Tendo sua origem no contexto da luta de classes e da oposição ao comunismo na Europa, as teorias alternativas sobre os movimentos sociais, no seu esforço de oposição à outra, marcam exageradamente, mais do que exigiriam necessidades puramente teóricas, seu campo e categorias específicas e a determinação de fatores ontológicos e causais. Tal radicalismo nas posições advêm da necessidade de marcar seu campo e sua posição *politicamente*. Não há razões *epistemológicas* para a sustentação dessa oposição insolúvel. Esta oposição em verdade tem se constituído em obstáculo à compreensão mais profunda da complexidade dos encadeamentos causais na realidade histórica, e só se mantém por razões políticas.

3. DISCUSSÃO

3.1. La Naturaleza Política De Los Movimientos Indígenas

A resistência indígena nem sempre foi via movimento social; tem assumido essa forma nos últimos tempos. Apenas este já é um fato significativo da interação dos povos indígenas com outros grupos sociais em luta e com a sociedade envolvente.

A organização em movimento social não emana diretamente da natureza interna dos povos indígenas. Ela deriva do contato e da leitura que os povos indígenas fazem da sociedade que os envolve.

Além disso, as formas assumidas pelos movimentos indígenas assemelham-se às formas encampadas pelos movimentos sociais contemporâneos. O que pode indicar que na construção interna dos movimentos indígenas há uma incorporação ativa das formas gerais de lutas sociais colocadas historicamente. Os povos indígenas passam a agir politicamente nos quadros da cultura política ocidental; contudo, e isto é o mais relevante, de sua maneira própria e singular.

Quanto à difícil e essencial tarefa de conceituação da natureza própria e especificidade da política indígena, González (2010) é autora que tenta definir esse campo. O trabalho citado da autora é um esforço de apresentar “la política alternativa de los movimientos étnicos analizando su naturaleza política”. A autora explicita

cómo dicha naturaleza se sustenta en la lucha ancestral que le funda; luego, presenta la manera alternativa en que el movimiento ha ampliado sus formas de movilización y, con ellas, su impacto en la sociedad; posteriormente, se estudia la construcción de su identidad, caracterizándola como comunitaria, autónoma y participativa, consolidada en su persistente resistencia frente a sus adversarios y, por último, se considera su capacidad de integración política como movimiento respecto de los conflictos que le asisten. (GONZÁLEZ, 2010, p. 81).

Seoane, Taddei e Algranati (2009) descrevem a emergência dos movimentos indígenas ligada a um amplo contexto social de atuação de diversos movimentos sociais na América Latina. O autor permite uma compreensão da emergência da luta indígena como uma luta ligada e que ganha corpo nas lutas de outros movimentos sociais coetâneos. Tal análise permite o descentramento da luta indígena, frequentemente compreendida em termos autônomos e autocentrados, desvinculados do contexto histórico da sociedade ‘ocidental’ envolvente.

Seoane, Taddei e Algranati enfatizam a especificidade dos movimentos indígenas, entretanto, sua análise permite compreender os movimentos indígenas, sua formação histórica, as condições de sua emergência e suas pautas e práticas, no contexto de fundo compartilhado, a América Latina, portanto compartilhando demandas e características com outros movimentos sociais emergentes no mesmo período. Assim, os movimentos indígenas tomam parte nas mesmas lutas e têm práticas e objetivos, apesar de singulares, em parte compartilhados com os movimentos sociais coetâneos.

Tais práticas definem boa parte da atuação dos movimentos indígenas e serão descritas abaixo. Seoane, Taddei e Algranati listam-nas como características dos movimentos sociais na América Latina, das quais compartilha o movimento indígena. Refletir sobre cada característica como características sociais dos movimentos sociais latino-americanos pode ser útil para descentrar e desmistificar a compreensão que temos dos movimentos indígenas e entender melhor sua especificidade. Uma especificidade que nasce da assemelhação ao conjunto dos movimentos sociais. Pode-se indagar com isto as condições da formação da política indígena *contemporânea* e do movimento indígena ligada a fatores exógenos, como as outras lutas sociais. As formas de mobilização, as formas de legitimação, a forma de postulação das demandas e exigências, o quanto elas se identificam à forma dos demais movimentos sociais envolventes? O quanto a política indígena é movida por categorias e forças internas enquanto é movida pela sua contribuição às lutas sociais envolventes?

Tais questionamentos precisam ser feitos para localizar as determinações exógenas dos movimentos indígenas. Entretanto, precisam ser pesadas em relação à singularidade dos mesmos. Sua especificidade é trazida ao centro da discussão sociológica e metodológica por Catherine González (2010). A autora funda sua pesquisa sobre os movimentos indígenas em “las particularidades de los movimientos étnicos en relación con otros movimientos sociales, las cuales son situadas [em] su naturaleza política y [em] una serie de acciones e instancias propias del caso investigado.” (GONZÁLEZ, 2010, p. 81).

Tal singularidade e originalidade é também enunciada por Maria da Glória Gohn (2010). Gohn afirma que “Alguns autores chegam a separar o termo movimento social do termo movimento indígena, pois consideram que este último tem uma especificidade e um campo próprio, que não se confunde com outros movimentos sociais.” (GOHN, 2010, p. 18-9).

A especificidade dos movimentos indígenas todavia, não se restringe a sua natureza política *sui generis*; porém é definida também pela sua relação singular com o Estado Nacional, o que pode implicar que o válido e efetivo para outros movimentos sociais não o seja para os movimentos indígenas.

Varios autores afirman cómo la institucionalización de las demandas de los movimientos sociales, en términos democráticos, constituyen una de sus principales metas, sin embargo, para el caso de los movimientos étnicos latinoamericanos no se puede asimilar tan fácilmente tal correspondencia entre institucionalización e inclusión social.” (GONZÁLEZ, 2010, p. 82-3)

Os movimentos indígenas se apropriam de e incorporam formas de atuação dos movimentos sociais coetâneos; porém o fazem segundo sua lógica própria e absolutamente original.

As pautas elencadas a seguir são descritas por Seoane, Taddei e Algranati como elementos comuns aos movimentos sociais latino-americanos do final do século XX até aqui, e são elementos que explicam também os movimentos indígenas contemporâneos.

3.2. Território, Autonomia, Democracia

Uma das pautas centrais dos movimentos indígenas é a recuperação coletiva do território. “En ese sentido, una de las características que han sido resaltadas refiere al hecho de que la práctica colectiva que signó la acción de muchos de estos movimientos sociales estuvo orientada por una dinámica de apropiación social [colectiva] del territorio” (SEOANE, TADDEI E ALGRANATI, 2009, p. 15).

Digna de nota é o impacto da política indígena para a renovação da autonomia.

En vinculación con estas experiencias, la práctica de los movimientos sociales latinoamericanos planteará una renovación profunda de la noción de autonomía que fuera históricamente -en particular bajo la noción de independencia política- una característica del debate y la práctica emancipatoria. Esta renovación, particularmente intensa en las experiencias y programáticas de los movimientos indígenas (SEOANE, TADDEI E ALGRANATI, 2009, p. 15).

Igualmente, conduzem a uma revalorização e reinvenção da questão democrática.

El tercer plano que aquí se menciona nos conduce a aquel conjunto de demandas, programáticas y prácticas colectivas orientadas tanto a promover una democratización radical de la dinámica estatal cuanto a sostener y desarrollar las experiencias de gestión de lo público-político de carácter comunitario no estatal. En este sentido, es necesario no olvidar las demandas de puesta en práctica de los instrumentos de la democracia participativa, de transformación de la lógica liberal-estatal y de legalización de las formas de autoridad y justicia propias de los pueblos indígenas que fructificaron en la demanda del Estado plurinacional y de Asamblea Constituyente que formó parte del pliego reivindicativo de muchos de los movimientos sociales en el continente (SEOANE, TADDEI E ALGRANATI, 2009, p. 17).

Os movimentos indígenas encampam uma resistência de cuja necessidade sente a sociedade, porém não tem a iniciativa de criar. Por o exemplo, o movimento indígena peruano teve importante papel na oposição à exploração do território nacional por forças estrangeiras. O movimento indígena peruano expressa “as resistências a partir de forças sociais que sofrem diretamente as consequências de uma política de desapropriação de recursos naturais e de territórios em um contexto de subordinação estratégica do governo peruano e crescente militarização do país”. (BRUCKMANN, 2011, p. 23).

3.3. Metodologia Para Apreensão Conceitual Dos Movimentos Indígenas

O artigo de Catherine González discute questões metodológicas da análise de movimentos sociais, a limitação da aplicabilidade de categorias das teorias de movimentos sociais europeias e norte-americanas aos movimentos indígenas latino-americanos. Autora indica, por exemplo, a imprecisão na compreensão dos movimentos indígenas como novos movimentos sociais meramente pela ênfase no caráter identitário do movimento. A identidade étnica tem implicações e profundidades maiores do que a identidade colocada pelas teorias dos novos movimentos sociais, além disso, os movimentos indígenas colocam questões estruturais.

Além desta discussão quanto ao estatuto teórico dos movimentos indígenas, González constrói uma tipologia para estudo empírico das ações coletivas de luta indígenas.

A tipologia para análise das ações coletivas e instâncias dos movimentos étnicos latino-americanos elaborada por González estabelece elementos interessantes para pensar a natureza destes movimentos e suas formas de organização e articulação, sobretudo ao estabelecer de imediato a antiguidade da resistência indígena latino-americana e as ações e instâncias organizativas recentemente desenvolvidas pelos povos indígenas em sua mobilização política. Assim, a autora propõe

una nueva tipología para el análisis de las acciones e instancias de los movimientos étnicos latinoamericanos. Si bien este proceso organizativo emana de una larga trayectoria de resistencia por su autonomía, en las últimas décadas ha desarrollado múltiples acciones e instancias, enmarcadas en episodios políticos exitosos. Esta propuesta conceptualiza las acciones comunitarias nucleares, las proactivas de legitimación política, las reactivas frente al conflicto, las acciones institucionales de impacto político, las instancias comunitarias nucleares y las instancias estratégicas de legitimación política. (GONZÁLEZ, 2010, p. 81).

Encampano abordagem teórica significativamente diferente, Jean Tible (2012) pensa a questão indígena e se inscreve na tradição de pensamento inaugurada por José Carlos Mariátegui (2007).

Tal perspectiva caracteriza-se por centrar-se na similaridade da luta indígena e da luta anticapitalista, materializada pelo proletariado. Ambas as lutas, nessa perspectiva, tem como adversário a expropriação econômica e subordinação social e política engendrada pelo capital.

ambas as perspectivas situam-se num movimento contra o Estado. O encontro entre as duas teorias-lutas permite tratar a forma-Estado como o privilégio (e violência) do Um

em detrimento da multiplicidade e da diferença, seja do ponto de vista de classe, seja da recusa da relação comando-obediência. O diálogo leva a entender os conceitos da extinção e do contra o Estado como uma luta contra o Um. (TIBLE, 2012, p. 39).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo conhecido como reetnização da América Latina é este período histórico com origens datadas nas décadas de 1970 e 1980, no qual os povos indígenas mobilizam-se de forma original política e demandam reconhecimento étnico, recuperação do território tradicional e autodeterminação.

Os movimentos indígenas, a forma sociológica e histórica pela qual os povos indígenas materializam sua atuação política, caracterizam-se por levar lado a lado a reivindicação étnica e a deliberação e influência no destino da totalidade dos processos sociais e políticos. São força nova e autônoma na constelação de fatores que determinam o destino da América Latina contemporânea.

Sua natureza política é extremamente complexa: malgrado serem uma forma sociológica original na história dos povos indígenas, sua natureza é codependente da ancestralidade de sua resistência. Uma interação dialética entre passado e presente existe no movimento indígena, de uma forma única, e concorre para caracterizar sua natureza política.

A natureza étnica o movimento faz de sua política um confronto aos desígnios autoritários da civilização ocidental. O *bem-viver* aparece como princípio filosófico alternativo, oposto e opositor à racionalidade capitalista, superexploradora do ser humano e da natureza, e ao eurocentrismo, como ideologia que hegemonizou a modernidade.

Como expressou de maneira perfeita Monica Bruckmann (2011, p. 334).

A partir de uma profunda crítica e ruptura com a visão eurocêntrica, sua racionalidade, seu modelo de modernidade e desenvolvimento inserido na estrutura do poder colonial, o movimento indígena latino-americano se coloca como um movimento civilizatório, capaz de recuperar o legado histórico das civilizações originais para reelaborar, não uma, mas várias identidades latino-americanas; não uma forma de produzir conhecimento, mas todas as formas de conhecimento e produto com que têm convivido e resistido à dominação há mais de quinhentos anos. O elemento indígena vai se convertendo no centro do discurso e da construção de uma visão de mundo, de um sujeito político e de um projeto coletivo e emancipador.

Como demandas que o caracterizam estão o reconhecimento oficial e a institucionalização da interculturalidade, na forma do reconhecimento das autonomias indígenas, da autodeterminação, da autonomia territorial, da educação, saúde e justiça indígenas.

Quanto ao seu surgimento no momento histórico em que surgem, os movimentos indígenas se apropriam de e incorporam formas de atuação dos movimentos sociais coetâneos; porém o fazem segundo sua lógica própria e absolutamente original.

A originalidade dos movimentos indígenas desafia a própria capacidade heurística das Ciências Sociais. A realidade dos movimentos indígenas é formada pelo cruzamento de elementos de identidade com condicionamentos estruturais de exclusão (GONZÁLEZ, 2010, p.87). Dada sua complexidade singular, os movimentos indígenas colocam assim questões impassíveis de resolução nos quadros teóricos daquelas teorias.

As teorias alternativas sobre os movimentos sociais, a teoria materialista e a teoria identitária – dos novos movimentos sociais-, polarizam-se numa oposição que em verdade tem se constituído em obstáculo à compreensão mais profunda da complexidade dos encadeamentos causais na realidade histórica.

Como esforço de superação destas limitações heurísticas, encontramos suas propostas metodológicas de interpretação da realidade dos movimentos indígenas. A proposta de Catherine González (2010, p. 81), que se caracteriza pela proposição de uma tipologia das ações e das dimensões dos movimentos indígenas.

Esta propuesta conceptualiza las acciones comunitarias nucleares, las proactivas de legitimación política, las reactivas frente al conflicto, las acciones institucionales de impacto político, las instancias comunitarias nucleares y las instancias estratégicas de legitimación política.

Tal perspectiva caracteriza-se por centrar-se na similaridade da luta indígena e da luta anticapitalista, materializada pelo proletariado. Ambas as lutas, nessa perspectiva, tem como adversário a expropriação econômica e subordinação social e política engendrada pelo capital; o movimento indígena define-se assim pela oposição a toda forma de heteronomia, seja no âmbito das decisões na esfera da produção, seja na política.

Sua existência e modo de ser criticam a visão eurocêntrica do mundo, a modernidade ocidental e a racionalidade capitalista, colocando-se, como bem aponta Bruckmann, como um autêntico movimento civilizatório.

O modo indígena de fazer política impacta a renovação da autonomia, inspirando os movimentos sociais contemporâneos sobre formas de sociabilidade e horizontes políticos que estes eram incapazes de imaginar. Destarte, a política indígena conduz a uma revalorização e reinvenção da questão democrática.

5. REFERÊNCIAS

BRUCKMANN, Monica. **Ou inventamos ou erramos: A nova conjuntura latino-americana e o pensamento crítico.** Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal Fluminense. Departamento De Ciência Política. Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Niterói, 2011.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis.** Petrópolis: Vozes, 2010.

GONZÁLEZ, C. Naturaleza política y acciones colectivas de los movimientos sociales, un emblemático caso de movilización indígena. Colombia, **Universitas Humanística**, núm. 70, julio-diciembre, 2010, pp. 79-100, Pontificia Universidad Javeriana.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Siete Ensayos de interpretación de la realidad peruana.** 3ªed. Caracas, Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007. 470p.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio; ALGRANATI, Clara. **El concepto “movimiento social” a la luz de los debates y la experiencia latinoamericana recientes.** UNAM, 2009. Disponível em:<http://conceptos.sociales.unam.mx/conceptos_final/500trabajo.pdf>. Consulta realizada em 08/07/2015.

_____. Lutas cosmopolíticas: Marx e América Indígena (Yanomami). **Lugar Comum**, 2012, nº30, pp.31-44.

TOURAINÉ, Alain. **Os movimentos sociais.** In: MARTINS, J. S.; FORACCHI, M. M. Sociologia e Sociedade: Leituras de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1977, pp.283-308.